

V

---

A PESSOA

# Testemunho de amigo

---

MARCIO MOREIRA ALVES

O depoimento que posso dar a respeito de Luiz Carlos Bresser-Pereira é o de um amigo e de um repórter, de vez que há muitos anos abandonei minha carreira universitária, toda passada na França e em Portugal, nos tempos do exílio.

Ao voltar ao Brasil, tentei recomeçar minha vida política no ponto em que a deixara, como deputado federal pelo antigo estado da Guanabara. Candidatei-me pelo PMDB, em 1982, e tive uma derrota estrondosa. Os eleitores não sabiam mais quem eu era, nem conheciam as idéias que defendia. Os livros que escrevi no exílio eram desconhecidos até dos editores de suplementos literários. Lembro-me de um comício a que fui em Nova Friburgo, onde o candidato a prefeito declarou: "Temos hoje aqui uma das grandes figuras do nosso partido, o ex-deputado Marcio Moreira Alves. Quando deputado, apresentou um projeto fechando o Congresso Nacional". A apresentação foi saudada com aplausos calorosos. Os que de mim se lembravam tinham, na maioria, a imagem de extremista radical que a ditadura traçara. Essa imagem fora ainda absorvida pelos editores de jornais e

revistas e não me davam emprego. Levei 10 anos para reocupar meu lugar na imprensa.

A primeira pessoa a me dar a mão foi Luiz Carlos, amigo então recente mas senhor de uma generosidade inexaurível e absolutamente desprovido de qualquer preconceito. Não só me ofereceu um lugar de seu assessor na presidência do Banespa, que assumiu logo no início do governo Montoro, como me alojou no térreo de sua bela casa no Morumbi, junto às estantes de sua ordenada biblioteca.

A casa ficava num loteamento ainda não integralmente ocupado, chamado Jardim Guedala. Eu costumava brincar dizendo que, se escrevesse minhas memórias, contaria que, ao voltar do exílio, fui acolhido por um professor universitário que, para completar o orçamento, trabalhava em tempo parcial numa empresa de secos e molhados e morava num bairro cheio de terrenos baldios.

Fomos juntos para o Banespa e, na primeira reunião de diretoria, Luiz Carlos deu a dimensão de seu conceito de serviço público. Disse: “Governo tem uma coisa boa – data para acabar. Nós temos a obrigação de, daqui a quatro anos, entregarmos a nossos sucessores um banco melhor que o que estamos recebendo”.

Antes dos quatro anos, Luiz Carlos foi para o Palácio dos Bandeirantes, como chefe da Casa Civil de Franco Montoro, com quem consolidou sua idéia de participação na vida pública. Diz que Montoro foi o único político que conheceu que só se movia a partir de seus princípios éticos, sem ceder às tentações de negociações políticas conjunturais que os infringissem. Pagou, por essa constância, um alto preço. Ao recusar a desincompatibilização para candidatar-se a outro posto, por não querer passar o comando de São Paulo ao presidente da Assembléia Legislativa, ficou quatro anos sem mandato, afastado do centro de decisões da vida pública. É que no Brasil vige a Lei Flores da Cunha: “Político sem mandato é como puta sem cama”.

Luiz Carlos saltou do Morumbi para a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, como ministro da Fazenda de José Sarney, um presidente que pouco conhecia e com o qual tinha tênues afinidades. Foi nomeado na cota do

PMDB e, especialmente, na de Ulysses Guimarães. Suas tarefas, ambas hercúleas, eram frear a hiperinflação e enfrentar o pagamento da dívida externa, que adquirira proporções sufocantes em toda a América Latina, a partir da abundância de petrodólares gerados pelo salto dos preços do petróleo, após a crise de 1973.

A doma da inflação foi tentada através de um novo plano de estabilização que, tal como os que o antecederam e o sucederam, até o Plano Real, fracassou. Tomou o nome de Plano Bresser e o seu resíduo inflacionário foi vitoriosamente contestado na Justiça, dando origem a muitas indenizações e fazendo a fortuna de advogados especializados.

Luiz Carlos sofre do mesmo defeito político de Darcy Ribeiro: pensa depressa demais e não sabe esperar a maturação das condições políticas para que suas idéias possam ser postas em prática. Darcy, que ria facilmente de si mesmo, contava que, contratado como assessor especial do general Alvarado, presidente do Peru, foi por ele apresentado ao seu ministério. Alvarado disse: "Aqui temos o mais criativo dos brasileiros, o professor Darcy Ribeiro. Ele tem 10 idéias por dia. Oito são impraticáveis. Uma, se adotada, derruba o governo. A derradeira é absolutamente genial. Devemos ter lucidez suficiente para fazer a triagem e pinçar essa idéia genial".

Não garanto que Luiz Carlos tenha 10 idéias por dia, mas 10 por semana deve ter. Coloca-as todas no computador, trabalha a que mais apropriada lhe parece para a conjuntura e publica-a num dos dois grandes jornais de São Paulo. E ainda lhe sobra tempo para escrever ensaios, dar cursos e participar de reuniões internacionais, em busca de uma terceira via política entre o capitalismo selvagem e o socialismo real. Essa intensa atividade intelectual fez de Luiz Carlos Bresser-Pereira o cientista político mais traduzido de sua geração, geração que também inclui o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

A idéia da securitização da dívida externa dos países do Terceiro Mundo foi vítima da sofreguidão intelectual de Luiz Carlos. Ela consistia em alongar essa dívida alguns anos, garantindo-a com títulos do Tesouro americano e concedendo um razoável abatimento no seu total. A sua proposição no campo internacional começou numa reunião de presidentes latino-

americanos no México, sem ser precedida por sondagens e negociações preliminares. Em seguida, foi apresentada por Luiz Carlos em Washington, ao secretário do Tesouro, Nicholas Brady. Ao término da reunião, Brady deu o seu veredicto terminativo: "*This proposition is a nonstarter*".

Alguns meses mais tarde, Brady apropriou-se da idéia do brasileiro e a apresentou como sua. Posta em execução, aprovada pelos banqueiros de Wall Street, tomou o nome de Plano Brady e desatou o nó da dívida do Terceiro Mundo. Luiz Carlos, massacrado pela imprensa brasileira, que dificilmente aceita a originalidade de um pensamento que não foi gerado nos Estados Unidos, levou a fama de ser um temerário, quando não um irresponsável.

O Plano Bresser ficou incompleto e o ministro acabou saindo do governo, depois de ser fritado pelo Palácio do Planalto. A paternidade do projeto de securitização das dívidas do Terceiro Mundo nunca foi reconhecida. Luiz Carlos voltou a dar aulas na sua querida Fundação Getulio Vargas e, na campanha presidencial para a sucessão de Sarney, declarou o seu voto em Lula, depois de apoiar a candidatura de Mário Covas no primeiro turno. A volta à vida pública só ocorreu quando seu velho amigo Fernando Henrique Cardoso concorreu à presidência da República. Como tantos outros intelectuais que se opuseram à ditadura militar, Luiz Carlos acreditou que Fernando Henrique e sua equipe paulista representavam o que de melhor, em matéria de honestidade e competência, a sua geração poderia oferecer ao Brasil. Deixou todas as suas atividades para entregar-se por inteiro à pior tarefa que pode haver numa campanha política: buscar doações na iniciativa privada para financiar os gastos eleitorais.

Vitoriosa a campanha, Luiz Carlos pretendeu assumir o Ministério das Relações Exteriores. Fernando Henrique recusou. Não é de seu feitio admitir que outro intelectual pudesse preencher a contento um cargo que havia ocupado. Como alternativa, ofereceu-lhe um ministério a ser criado: o da Administração Federal e Reforma do Estado.

Luiz Carlos, que acompanhava há muito tempo as mudanças da administração pública nos países industrializados, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, aceitou a tarefa. Foi um caso feliz do homem certo,

no lugar certo, no tempo exato. No seu discurso de posse, disse que o funcionalismo deveria escapar do círculo vicioso de ter estabilidade, mas não se preocupar com eficiência e, em conseqüência, ter baixíssima remuneração. Rapidamente mandou para o Congresso a proposta de reforma constitucional, acabando com a estabilidade total e instituindo a avaliação do trabalho dos funcionários, que, negativa, poderia ser motivo para demissão. Foi um deus-nos-acuda.

Luiz Carlos passou os quatro anos seguintes procurando fazer com que o serviço público brasileiro se voltasse para a gestão de resultados, tendo a prestação de serviços à cidadania como meta. Um dos instrumentos que usou foi a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que revitalizou através da convocação de uma equipe de mulheres recrutada na FGV de São Paulo. Dezenas de milhares de funcionários foram retreinados nos cursos curtos da escola e, com a criação de um curso longo de administradores estatais, passou a formar também quadros para a alta administração. Esses novos gestores públicos são hoje disputados quase a tapa pelos ministérios.

No Brasil, tirar privilégios que alguma categoria profissional tenha é muito mais difícil que dar alguma coisa a quem não tenha nada. Os sindicatos e associações do setor público, quase todos ligados à CUT, armaram-se em guerra. Luiz Carlos virou o seu judas, a ser malhado no Sábado de Aleluia. No Congresso, a reforma do Estado acabou aprovada, mas por um único voto. O princípio da renovação de 10% dos quadros através de concursos públicos anuais, a exemplo do que é praticado no Itamarati, também foi restaurado. Afinal, ficou evidente para todos que o ministro dizia a verdade quando afirmava não ser a sua intenção prejudicar os funcionários, mas, ao contrário, valorizá-los. A reforma do Estado foi a única do período Fernando Henrique que teve princípio, meio e fim. Ao contrário das reformas da previdência e tributária, que foram deixadas para o governo Lula, ela ficou pronta e aprovada.

Uma das mais preciosas características da personalidade de Luiz Carlos Bresser-Pereira é a sua lealdade para com os amigos. Foi esse sentimento que o fez aceitar deixar o ministério que criara para assumir, novamente,

a ingrata tarefa de ser o responsável pelas finanças da campanha da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Lembro-me de o ter aconselhado a não aceitar o encargo, que freqüentemente resulta em aborrecimentos, processos e acusações. Achava que ser leal a esse ponto a Fernando Henrique era um mau emprego da generosidade, porque o presidente não era leal a ninguém. Aliás, escrevi numa ocasião que uma das situações de maior perigo em Brasília era ser amigo do presidente da República, porque ele não hesitava em apunhalar os amigos pelas costas. Por vezes, era até a origem de boatos maldosos contra amigos de quem queria livrar-se, fornecendo notícias a redatores de colunas que depunham contra ocupantes de cargos de confiança, num processo que em Brasília chamam de “fritura”.

Luiz Carlos não ligou para os meus conselhos. Aliás, conselho é algo que realmente prefere dar a receber. Cumpriu as suas obrigações de tesoureiro de campanha com a exatidão, transparência e honradez que coloca em tudo o que faz e, vitorioso na eleição, o presidente convidou-o para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A passagem de Luiz Carlos pelo MCT foi rápida: poucos meses. Mas foi o suficiente para que tomasse uma medida fundamental para o futuro da ciência e tecnologia no país: a regulamentação dos fundos setoriais, que garantem o financiamento plurianual das pesquisas em vários setores estratégicos – petróleo, energia elétrica, telecomunicações, transporte, recursos minerais, atividades espaciais, saúde e outros. O Fundo Verde e Amarelo, chamado de Fundão, recebe um pequeno percentual de cada um dos demais, podendo ser aplicado com maior liberdade, inclusive na busca de redução das desigualdades regionais. Eles estimulam ainda a parceria entre as universidades e o setor privado. Um dos gargalos no desenvolvimento tecnológico do Brasil é o difícil repasse do conhecimento gerado nas universidades para a cadeia produtiva.

Por pouco que tenha sido o tempo de Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia, nele pôde exercer as qualidades que trouxe para a vida pública: transparência na aplicação dos recursos, tolerância e democracia nos debates que promoveu, preocupação com a

injustiça das desigualdades entre as regiões do país, criatividade na busca de recursos e, ainda, sua caudalosa generosidade para com o ser humano.

Essas qualidades é que o fazem interessar-se pela aquisição e transmissão de conhecimentos e pelo trabalho intelectual, que é a atividade que mais preza e que o coloca entre os grandes pensadores da ciência política e da economia no mundo.